

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMAZÔNIA

Fernando Augusto Ribeiro Costa¹

Resumo

O presente artigo visa suscitar o debate acerca da Divulgação Científica promovida pelo Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia por meio de seu sítio na internet. De início, compreende-se que aquele é um espaço privilegiado de divulgação de conhecimentos e práticas dos agentes sociais ligados ao projeto. Busca-se, entretanto, compreender as características dessas práticas e desse conhecimento. Para tal, foi realizada a seleção da seção de Notícias do sítio; em seguida, foi feita a leitura dessas matérias a fim de que fossem analisadas à luz da pesquisa bibliográfica que concomitantemente se realizou. Dessa forma, conclui-se que ao veicular as lutas, o conhecimento, a vivência e as práticas dos agentes sociais ligados a ele, o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia divulga o que nesse artigo é chamado de resistências insurgentes e que, por esse prisma, a própria divulgação feita é uma forma insurgente de se fazer ciência.

Palavras-chave: Nova Cartografia Social. Resistência. Insurgência. Divulgação Científica.

Abstract

This article aims to stimulate the debate about the Scientific Divulcation promoted by the New Social Cartography Project of the Amazon through its website. At the outset, it is understood that this is a privileged space for disseminating knowledge and practices of the social agents linked to the project. However, the aim is to understand the characteristics of these practices and knowledge. For that, the selection of the News section of the site was carried out; and then they were read in order to analyze them in the light of the bibliographical research that was carried out at the same time. In this way, it is concluded that in conveying the struggles, knowledge, experience and practices of the social agents linked to it, the New Social Cartography Project of the Amazon divulges what in this article is called insurgent resistance and, through this prism, the divulgation itself is an insurgent way of doing science.

Keywords: New Social Cartography. Resistance. Insurgency. Scientific Divulcation.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, Concluinte do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA – XXVIII FIPAM, Licenciado em Geografia (IFPA) e Bacharel em Turismo (UFPA). E-mail: fernando.augusto.mlr@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

No presente artigo busca-se suscitar debate acerca da forma como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia promove a comunicação, por meio do seu sítio na internet, daquilo que se pode chamar de produção dos agentes sociais que o integram. Parte-se, para isso, da aceitação desse instrumento como uma ferramenta de Divulgação Científica capaz de cumprir o papel próprio dos veículos usados para esse fim. Contudo, tal aceitação leva a um questionamento que envolve toda essa pesquisa: de que produção estamos a falar e de que forma esses agentes sociais, individual e coletivamente, participam dessa divulgação?

Assim formulada, essa questão leva a uma tentativa de resposta: trata-se de uma produção cujo caráter, para além do científico, é de resistência e de insurgência. E como responderemos ao desafio de trabalhar tais realidades: comunicação, produção, resistência e insurgência? Em primeiro lugar, localizamos contextualmente o ambiente no qual essa produção acontece, qual seja, o âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA). Fugindo à lógica de uma descrição histórica do PNCSA, bem como das narrativas de seu surgimento, procuramos destacar características do projeto que nos levem a percebê-lo presente na organização e articulação das lutas de indivíduos e grupos.

Nesse passo, destacamos três características visualizadas e, no passo seguinte, contextualizadas a partir de realidades concretas veiculadas na seção “Notícias” do sítio do PNCSA. Os três aspectos ou características que, a nosso ver, tornam o projeto uma fonte de análises das relações sociais e de politização de povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais na Amazônia são: a ligação direta entre o mapeamento social e as questões identitárias; o fato de as mobilizações e articulações entre os grupos partirem exatamente do cotidiano de cada povo, comunidade ou movimento, mas que de alguma forma acabam se expandindo em sentido para os grupos como um todo; e o fato de a Ciência – aquela da Academia – caminhar passo-a-passo com as experiências concretas vivenciadas pelos grupos sociais que se vão inserindo no projeto. É essa a discussão que se faz na seção 2 desse trabalho.

Em seguida, considerando necessário que aquela produção e aqueles agentes sejam vistos dentro de um contexto sistemático e, ao mesmo tempo, conectado com outras práticas e distinguido de outras, debatemos a respeito da Nova Cartografia Social – terceira seção –, procurando discernir o que há de essencialmente “novo” nesse fazer cartográfico, bem como a relação entre os mapas e o exercício do poder.

Na quarta seção se faz a análise do que o PNCSA apresenta no seu sítio, especificamente na seção “Notícias”. A primeira proposta para essa pesquisa era a de fazermos uma categorização dessas notícias a partir do critério de assunto e voz, ou seja, entendermos o que se noticiava e quem estava a exercer a fala. Entretanto, durante as sessões de orientação, o caminho foi alterado a fim de que se fizesse em primeiro lugar um recorte, considerando que se tratava de 679 reportagens publicadas entre agosto de 2011 e outubro de 2018.

Nesse sentido, focamos detidamente a produção divulgada nos anos de 2017 e 2018, os dois últimos anos, analisando as matérias segundo o viés de resistência e de insurgência para que, no limite da temática aqui trabalhada, entendêssemos que o sítio – na seção “Notícias” exatamente – é uma ferramenta de Divulgação Científica do PNCSA pelo qual se faz a disseminação de saberes, conhecimentos, práticas, ações, conflitos e eventos que manifestam uma resistência insurgente dos grupos sociais que o integram.

Como referenciais teóricos, um dos autores que mais contribuíram com a análise do PNCSA e da Nova Cartografia Social foi o Prof. Alfredo Wagner Berno de Almeida. Seu contundente discurso em busca de militar em uma forma de uso da ciência para fazer evidenciar conhecimentos e saberes relegados ao rebaixamento (FOUCAULT, 1999) educa no sentido de entendermos que primeiramente não há espaço – não mais – para uma determinação identitária do outro; que os ditames da Ciência, por importantes que sejam, não deveriam estar em descompasso com as experiências vividas pelos grupos sociais; de que a técnica que conduz as pesquisas não deveria existir no vácuo, mas sim em consonância com a história de luta das pessoas.

A fim de entendermos melhor o papel da Cartografia e dos mapas e sua relação com o exercício do poder (DELEUZE, 2005), buscamos Acselrad, Almeida e Harley. Assim, debatemos sobre a forma como a produção de mapas contribui para a efetivação de ideias como a de “vazio demográfico”, bem como a nova forma proposta no bojo da Nova Cartografia Social consegue superar essa noção abarcando a aliança entre a técnica, a teoria e a vivência concreta dos agentes sociais que se lançam a se autocartografarem.

Nessa seção analisamos também como está construído o sítio do PNCSA – especificamente a seção “Notícias” – e demonstramos que ele é uma ferramenta de Divulgação Científica a serviço da disseminação de uma ciência diferente. Diferente porque traz a marca da resistência insurgente: trata-se não de uma ruptura do fazer ciência, mas sim de uma mostra de como ela e as experiências cotidianas dos agentes sociais juntas podem ser indutoras de consolidação da luta que brota da mobilização e articulação desses mesmos agentes.

Assim, a pesquisa foi centrada de um lado na busca por entender, ainda que de maneira inicial, os autores, especialmente Almeida, Foucault e Scott, analisar as notícias veiculadas no sítio do PNCSA e de outro inferir do diálogo entre essas e aqueles o significado e a marca das ações, estratégias e discursos dos povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais da Amazônia.

2. O PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA (PNCSA)

Por força de indagações, questionamentos, críticas sobre a concepção e constituição do PNCSA, o professor Alfredo Almeida tem exposto em entrevistas o que seriam formulações teóricas e práticas de pesquisa que nele estão desenvolvidas. Assim, esclarece o referido professor: “O projeto trabalha com autodefinição, recusa a personificação do coletivo e trabalha com o que os agentes sociais consideram relevantes. Assim, cartografamos o que é relevante para eles!”². Partindo disso, fazemos nossa análise.

O PNCSA é fruto de um conjunto de ações nas quais os próprios agentes sociais são protagonistas e necessário se faz notar esse quesito uma vez que o advento da Constituição Federal de 1988, em decorrência da mobilização popular, tratou de dar ao Estado Brasileiro feição aparente de abertura, pluralidade, respeito às diversidades, inclusive étnicas, mas nem de longe isso significou dar as condições materiais para que aqueles grupos até então retirados de cena pudessem ter seus direitos respeitados.

O que fora consignado pela Constituição de 1988 (mormente os art. 231³, *caput*, e 67⁴ e 68⁵ das ADCTs), bem como a partir do Decreto 6040/07 e a ratificação pelo Brasil da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2003, formam um quadro jurídico formal propício para que cada grupo social ou povo possa se autodefinir partindo de critérios que não se consolidam em lei formal, mas que parte mesmo da situação concreta e objetiva vivenciada por ele (ALMEIDA, 2012).

² Entrevista publicada pela Revista Ruris, volume 3, nº 2, ago/09-fev/10, p. 53.

³ São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

⁴ A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

⁵ Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Entretanto, não bastou que o Estado assumisse, ainda que de forma muito tímida, no seu ordenamento jurídico o direito de Povos e Comunidades Tradicionais especialmente no tocante ao reconhecimento, à demarcação e à manutenção de suas territorialidades. Foi o crescimento da consciência de identidade coletiva que pôs em marcha um processo de organização e mobilização ao longo dos anos posteriores a 1988.

Evidentemente que tal organização, mobilização e luta não surgiram naquele marco temporal, mas é de se notar sua emergência considerando os embates que a implementação dos ditames legais passam a produzir essencialmente sobre a posse e uso de territórios; os conflitos por essa questão são, em grande parte, o motor da necessária busca por articulações que inclusive superassem os limites dos instrumentos jurídicos (por exemplo, a propriedade individual) e da divisão político-administrativa.

Assim, pode-se dizer que a iniciativa embrionária para o PNCSA foi o mapeamento social empreendido entre 2004 e 2005 cuja temática foram as ocorrências envolvendo os babaçuais e como as quebradeiras de coco babaçu estavam lidando com a situação. Nos dizeres de Almeida:

Foi a partir de categorias de identidade e da produção de mapas que discutimos preliminarmente, em 2004 e 2005, as iniciativas de mapeamento social do PNCSA, registrando em campo as ocorrências de derrubadas de palmeiras e a devastação dos babaçuais. Esses registros consistiram numa matéria-prima de análise. As quebradeiras de coco babaçu participaram do trabalho de campo e contribuíram decisivamente na elaboração dos seis primeiros fascículos e da elaboração do mapa síntese da região ecológica dos babaçuais e do livro-guia que o acompanha, cuja denominação é a seguinte: **Guerra Ecológica nos Babaçuais**. As quebradeiras de coco babaçu participaram das oficinas de mapas e dos respectivos cursos de capacitação. A partir daí elas se deslocaram pela área e marcaram os pontos com GPS, selecionando elas mesmas o que consideravam como relevante para integrar o referido mapa síntese (ALMEIDA, 2012, p. 169-170) (grifo no original).

Na descrição feita pelo professor, notam-se traços do *modus operandi* do PNCSA. Um dos primeiros a ser destacado é quanto à ligação entre o mapeamento social e a questão identitária. Não se trata de um trabalho baseado tão somente em critérios da Geografia ou de narrativas históricas. Para além disso, há uma questão que se liga à própria identidade do grupo cujas “raízes” se encontram em determinada área ou região. Nessa ótica, esse mapeamento não é o exercício do poder que organiza o espaço, mas sim o exercício do auto reconhecimento identitário coletivo no âmbito do conjunto cujos componentes superam a ideia puramente geográfica contida no fazer Cartografia.

Com relação ainda ao surgimento do PNCSA, colhemos as palavras da Prof. Dra. Rosa Acevedo Marin ditas durante entrevista concedida ao programa Sem Censura Pará, da TV

Cultura, em 17 de março de 2017. Instada a falar sobre o início do projeto, ela assim se expressou:

O Projeto Nova Cartografia ele surge de uma iniciativa de pesquisadores que em várias oportunidades e situações concretas da Amazônia iniciaram um trabalho com Povos e Comunidades Tradicionais. Em 2005, na cidade de Manaus, se realizou o Fórum Social Pan-Amazônico⁶ nós reunimos uma mesa para tratar dos territórios dos Povos e Comunidades da Pan-Amazônia. Vários desses Povos e Comunidades levaram mapas: as quebradeiras de coco babaçu, os quilombolas de Maranhão. Estávamos com um grupo de onze indianos que estavam no Fórum, e a questão dos territórios, a questão desses grupos e suas estratégias pra permanecer nesses territórios foi muito importante. O grupo de pesquisadores que estávamos aí organizamos uma ideia, a partir daí, organizada particularmente pelo professor Alfredo Wagner (que é da Universidade Federal do Amazonas e Estadual) de continuar dando reforço a isso que era a iniciativa desses grupos de apresentar seus territórios, a representação dos territórios que não está incluída em nenhuma cartografia oficial. Por que não chamamos “Nova Cartografia Social”? O ponto fundamental é que esses grupos, esses agentes sociais organizados eles passam a produzir uma autcartografia, uma representação dos seus territórios, muitas dessas situações são conflitos que estão permeando a permanência desse grupo no seu território: uma ameaça, uma hidrelétrica, uma empresa de mineração, uma estrada que vai ser construída ou que foi construída e que novamente se retoma⁷.

Desta feita, no entendimento conjunto das falas tanto do prof. Alfredo Wagner quanto da Prof. Rosa Marin, depreende-se que a atuação do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia não pode se desvincular do processo histórico pelo qual ele se origina. Observe-se que não se estabelece um arcabouço teórico sobre o qual se vai construir um conjunto de práticas, talvez algo que se esperasse do modelo hegemônico de pesquisa presente em grande parte na Academia. Nesse sentido, não se trata, como se vê, de algo que seja *oferecido aos* Povos e Comunidades Tradicionais e movimentos sociais, mas algo que brota efetivamente de suas experiências, articulações e estratégias de mobilização.

A respeito do papel dos mapas – e, por extensão, da própria Cartografia – há que se considerar o quanto segue:

A cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e uma forma de poder. Assim como o historiador pinta a paisagem do passado com as cores do presente, o geômetra, conscientemente ou não, não reproduz somente o entorno em sentido abstrato, mas também os imperativos territoriais de um sistema político. Seja o mapa produzido sob a bandeira da ciência cartográfica, como foram a maior parte dos mapas oficiais, ou seja um exercício de propaganda declarada, é inevitável que esteja envolvido no processo do poder (HARLEY, 2009, p. 3).

Desse modo, mapear se torna muito mais que desenhar ou tracejar uma área em determinado espaço. Pode se tratar de manifestar no escrito aquilo que é vivido ou o que se

⁶ ACEVEDO MARIN, R. E.; ALMEIDA, A. W. B. (Orgs.). **Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BNDCip30kHY>>. Acesso em 05.mar.2019.

pretende impor como verdade, dependendo do agente executor. A relação, portanto, entre mapeamento social e questão identitária estabelecida pelo PNCSA deve ser vista como uma ação de afirmação política dos agentes envolvidos uma vez que se torna uma das ferramentas do processo de ratificação do poder – a feitura de mapas – aliadas não somente à participação, mas sim ao protagonismo atuante de quem vive a realidade cartografada.

Isso não é dado sem que se observe um movimento de mobilização e articulação cujo ponto de partida é o próprio cotidiano das lutas travadas. Eis um segundo aspecto a ser destacado. Trata-se da busca pela conservação de seu ambiente, mas que traz algo maior que isso, afinal

Estes agentes sociais agudamente conscientes de si mesmos e ombreados numa ação transformadora, ao repensarem sua história, percebem-se como compondo circunstancialmente um todo, mobilizados em torno de um propósito aproximado e de uma mesma forma de luta (ALMEIDA, 2014, p. 23).

É nesse passo que não há que se confundir o trabalho dos agentes do PNCSA com uma variante do processo de cartografar. Há que se considerarem esses elementos – mobilização e articulação – alinhavados pelo caráter de tomada de consciência de si e, ao mesmo tempo, do todo em concreto e que se objetiva na luta, nas conquistas e na busca pela garantia do acesso a seus direitos. Nesse passo, já não são mais objetos, mas sujeitos. E como sujeitos de um movimento social (ALMEIDA, 2014).

Um terceiro aspecto do PNCSA que se pode destacar da fala de Almeida é no tocante à forma de se fazer ciência. Na contramão de uma ideia tecnicista e academicocêntrica de produzir conhecimento, o PNCSA privilegia a experiência de quem vivencia as realidades que se pretende cartografar. Longe de ser uma negação da Ciência – *strictu sensu* –, o modo de se executar o projeto revela uma forma possível de convivência entre os postulados consolidados de uma prática de ciência e a valorização dos conhecimentos que derivam da experiência vivida. Ainda nas palavras de Almeida: “E não só cartografamos, mas ensinamos a eles as técnicas de cartografar aquilo que é relevante para eles. E nos colocamos como uma equipe que só interfere incidentalmente, e em último caso” (2009, p. 53).

E porque, para os fins dessa pesquisa, esse nos parece ser o aspecto mais relevante? Harley (2009) abre espaço para essa resposta quando anota que

O modo como os mapas vieram a fazer parte de um sistema de signos políticos foi guiado pela sua criação pelas elites ou grupos de indivíduos poderosos, favorecendo um discurso desigual. As flechas ideológicas foram atiradas num só sentido, no meio da sociedade, os poderosos em direção aos fracos. Diferentemente da literatura, da

arte ou da música, a história social dos mapas não parece comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos (p. 20).

Ora veja-se uma interpretação da feitura de mapas que, ao menos aparentemente, não é corroborada pela experiência do PNCSA. A construção de um mapeamento surgido a partir da realidade de cada comunidade ou povo tradicional foge ao “padrão” descrito por Harley. Lembre-se, entretanto, de que o mapa é sempre a expressão intencional de quem os produz ou de quem sob cuja ordem é produzido. Desse modo, compreendem-se as palavras do autor; que seria então essa cartografia presente no Nova Cartografia Social da Amazônia? O sentido das “flechas ideológicas” teria mudado? A trajetória social dos mapas teria passado a “comportar os modos de expressão populares, alternativos ou subversivos”?

Pois bem. As respostas mais adequadas devem vir de dentro do próprio Projeto. Destarte, o que se pode verificar dos mapas que se produzem no âmbito do movimento de mobilização, articulação e luta são reflexos da própria diversidade que lhes dá razão de existência e que mostram muito claramente situações de conflito próprias de cada realidade local (ALMEIDA, 2014). As mobilizações que os mapas ditos oficiais não abarcam e mesmo escondem são abertamente cartografadas e contradizem aquela perspectiva de Harley segundo a qual “A cartografia permanece um discurso teleológico, confirmando o poder, reforçando o status quo, restringindo as interações sociais no interior de limites bem traçados” (2009, p. 20).

Consideráveis são ainda as colocações de D. Cledeneuza Maria Bizerra de Oliveira, Quebradeira de Coco Babaçu no município de São Domingos do Araguaia (PA) e liderança na luta por reconhecimento e garantia dos direitos das Quebradeiras na região. Ao falar durante o evento Belém +30 realizado na capital paraense em agosto de 2018, ela fez um resumo de como foi a luta para estabelecer o espaço próprio delas dentro de todo o processo de organização e reivindicação dos agricultores do sudeste paraense. “Não tinha espaço pra gente. Aí o pessoal se levantou dizendo que tinha que criar nosso espaço”.

Falando de tempos mais recentes, D. Cledeneuza afirma que ainda que já existam dispositivos legais que visam garantir direitos aos Povos e Comunidades Tradicionais no tocante ao seu território, ainda falta a efetivação do que as letras da lei colocam. Assim, “há lei, mas tá no papel. Nós temos disputa com siderúrgica, madeireira, cerâmica e queijeiro”. Entretanto, observa-se que da mesma forma que a pressão acontece, um movimento em sentido contrário permanece a animar e dar sentido para a manutenção da luta: “Mas estamos resistindo; a Cartografia nos deu força e sabedoria” e assim a resistência vai tomando contornos de insurgência contra o poder hegemônico.

Nessa seção analisamos a forma como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, sob três aspectos principais, traz consigo diferenciadores relevantes quando se pensa na construção de conhecimento a partir dos Povos e Comunidades Tradicionais dessa parte do Brasil. Assim, a relação entre mapeamento social e questões identitárias, a sua gênese a partir do movimento de mobilização e articulação dos grupos sociais e a consideração da experiência vivenciada em conjunto com as técnicas da Ciência conseguem distinguir essa iniciativa. Particularmente, o terceiro aspecto é de relevância singular uma vez que consegue mostrar que a Ciência – mormente a cartográfica – não é algo estanque ou que necessite de “autorização”, mas que em contato com as experiências de cada povo ou comunidade pode servir a uma real transformação de perspectivas, quer sejam dos agentes sociais envolvidos, quer sejam dos próprios pesquisadores acadêmicos.

3. A NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL

Discutidos os aspectos que consideramos importantes como caracterizadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, analisaremos o fazer cartográfico e o próprio papel dos mapas a fim de que se entenda mais proximamente o significado dessa “nova” Cartografia.

Ao tratar sobre uma necessária reinvenção da política como estratégia de enfrentamento a uma forma pretensamente dominante do que ele chama de “antipolítica de mercado”, Acselrad assevera que a cartografia social “surge como um exemplo dos caminhos possíveis para esta reinvenção da política” (2017, p. 25).

Nesse sentido, ele destaca quatro razões que sustentam sua afirmação. A primeira diz respeito ao fato de o mapa ser um instrumento de uso do poder sobre o espaço e seus recursos, notadamente no contexto de uma história colonial: “Certamente, na geografia política e história do pensamento geográfico, vinculam-se cada vez mais os mapas e o poder, sobretudo nos períodos de história colonial” (HARLEY, 2009, p. 2). Outra razão diz respeito às disputas na cartografia enquanto um campo de forças conquanto ela se torna um instrumento do poder. Exatamente por isso, o Estado passa a dividir espaço com outros agentes que iniciam a produzir mapeamento constituindo-se, segundo Acselrad, em um “sub-campo da cartografia não estatal, no interior do qual a chamada cartografia social é parte” (2017, p. 26).

É onde surge a terceira razão apontada por ele para uma investida em busca da renovação das estratégias da política. As disputas pelo poder não ficam circunscritas apenas ao território ou ao produzir mapas, mas alcançam os próprios mapas e se fazem também através

deles, afinal se há uma forma de não correr o risco de ser “desenhado por outros” é se autodesenhar exercendo, *de per si*, o controle (ACSELRAD, 2017).

Como quarta e última razão, o autor anota que considerável parte do que se chama de cartografia social está ligada “à afirmação de identidades, de culturas materiais, espirituais, territoriais e jurídicas específicas frente às formas dominantes” (p. 26). Observe-se nesse sentido o que temos aqui destacado como uma característica do PNCSA, qual seja, o fato de o mapeamento estar intrinsecamente ligado à questão identitária partindo da própria vivência do grupo, afinal “Estamos, assim, acompanhando as combinações tal como os agentes sociais e as realidades locais se nos apresentam” (ALMEIDA, 2009, p. 53).

Quanto àquela primeira razão apontada por Acselrad, a História da humanidade – ou das humanidades – mostra a forma como a figura do que hoje se pode chamar de Estado apropriou-se da cartografia – entendida aqui como a ciência pela qual são feitos mapas e assemelhados – para estabelecer um poder que se identifica como maneira de posse e controle. Aliaram-se aos canhões e navios de guerra para a imposição, num passado remoto, do imperialismo, afinal “Nestes contextos imperiais, os mapas apoiaram sistematicamente o exercício direto do poder territorial” (HARLEY, 2009, p. 5).

Quanto a essa questão do poder e seu exercício, Deleuze já houvera expressado um pensamento ao comentar “Vigiar e Punir” de Michel Foucault:

Postulado da propriedade, o poder seria “propriedade” de uma classe que o teria conquistado. Foucault mostra que não é assim, nem disso que procede o poder: ele é menos uma propriedade que uma estratégia e seus efeitos não são atribuíveis a uma apropriação, “mas a disposições, a manobras, táticas, técnicas, funcionamentos”; “ele se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (DELEUZE, 2005, p. 35).

No limite da temática trabalhada nesse artigo, não se tem espaço para uma análise sobre o poder como tal senão apenas para salientar o fato de que o fazer cartográfico atende – desde momentos remotos – a interesses que superam o mero tracejar linhas em um papel. Não é sem razão que Harley (2009) fala mesmo de uma linguagem dos mapas. Notadamente na esteira do que Deleuze anota sobre o poder e na relação com que Harley comenta sobre o fazer cartográfico, teríamos então que a elaboração de mapas não confere poder, mas esta é a estratégia na qual subjaz o seu exercício.

Em outros termos se pode dizer que ao proceder a feitura de mapas, o Império ou o Estado ou genericamente uma “classe dominante” não estariam se apropriando do poder, mas

dele se utilizando como uma estratégia enquanto corpo dominante. Seguindo a mesma linha de raciocínio, o *fazer cartográfico* em uma perspectiva social não conferiria aos grupos sociais o poder propriamente dito, mas os colocaria na perspectiva de seu exercício e, o que é mais importante, sobre si mesmos.

Feitas essas considerações, não se pode deixar de observar o papel da Cartografia dita Clássica e buscar pontos que a diferencie do que se vê acerca de uma Cartografia Social. Seguindo o mesmo tom, não nos parece necessário fazer um apanhado histórico da ciência cartográfica, mas buscar contextualizar essa temática confrontando-a com o debate em curso.

Destarte, uma questão de fundo seria pensar a Cartografia como um conjunto de técnicas e, portanto, um método, ou como uma Ciência (MENEZES & FERNANDES, 2013). Yves Lacoste no século passado já houvera colocado esse questionamento, considerando-a como ciência geográfica. Superada, entretanto, essa matéria e entendendo a Cartografia como ciência é fácil perceber o ponto de intersecção com a Geografia senão que ela permite que sejam feitas representações de realidades tanto físicas quanto sociais de determinada região ou área.

Menezes & Fernandes (2013) a localizam como uma ciência aplicada, a qual se encontra à disposição da resolução de problemas práticos. Mas os mesmos autores nos levam a considerar também a interface tripla da Cartografia: arte, ciência e técnica. Revela-se assim um conjunto de habilidades necessárias a entender uma dada realidade e tracejá-la em um papel ou outro elemento, considerando as balizas científicas e com acurácia técnica para que isso tudo se junte em um só desenho cujo resultado serão justamente os mapas.

Essa breve descrição faz que se construa um cenário no qual aparece um único elemento como agente: o que se chama de engenheiro cartográfico. Não importa que realidade se há de cartografar, o mapa conterá estritamente os elementos categóricos de um mapa. Mesmo os assim chamados mapas temáticos terão apenas cores, formas, legendas e outros elementos diferentes, mas sempre serão objeto de um olhar superficial, longe do olhar que deve ter “um novo cartógrafo” (DELEUZE, 2005, p. 33).

Almeida (2014) anota que a prática de cartografar tornada objeto de reflexão de diversas ciências e debates de filósofos, antropólogos e sociólogos e tomada a partir de uma visão crítica exacerba os limites do conhecimento técnico dentro do qual se conceberia como consolidada e tributária de um saber geográfico ou meramente objeto de disciplinas militares. Nesse sentido, supera-se o que se tem aqui chamado de Cartografia Clássica não porque se a ultrapassou, mas

porque ela não consegue por si só responder às questões que dão corpo real ao que a Cartografia Tradicional traça em linhas e outras formas.

O que se vê são reais e distintas formas de se enxergarem as questões de fundo sobre as quais uma e outra maneira se assentam. Falta, contudo, à forma tradicional da Cartografia uma essencialidade presente na Nova Cartografia Social: a consideração dos processos e relações que efetivamente se dão na esfera do poder não entendido aqui em sua verticalidade, mas na sua horizontalidade, afinal

As relações de poder perpassam povos, comunidades e grupos nas decisões de como construir o mapa ou de como delimitar seu território. Narrar memorialisticamente os pontos extremos, traçar uma linha, elaborar uma planta ou croquis, identificar pelo conhecimento local os marcos divisórios e os lindeiros, implica em confronto direto, em relações de poder (ALMEIDA, 2014, p. 25).

Outra prática que também envolve a necessidade de elaboração de mapas e que se volta para grupos, comunidades e povos é o chamado mapeamento participativo. Acselrad (2017) o identifica como sendo uma realidade de exercício de dominação no qual o sentido de participação traz consigo a ideia de fala outorgada ou concessão de direito. Assim,

O mapeamento participativo é aquele que tem um sujeito que conduz o processo e que vai, ele, ditar os sistemas classificatórios: qual é a cultura relevante, quais são os locais pertinentes, qual é a memória histórica que deve vigorar, essa é a discussão do museu, e convida aqueles que não estão no espaço dominante para legitimar ou para contribuir, passar informações, designando seus anseios (ACSELRAD, 2017, p. 40).

Dado que ele tem a necessidade de ser feito junto a comunidades, pode parecer que guarde semelhanças com a Cartografia Social. Mas apenas de forma aparente. Na verdade, trata-se de uma forma contraditória – por que não? – daquela espécie de cartografia. Acselrad prossegue sua análise chamando a atenção para o modo como os governos tomam decisões “populares” movidos por forte clamor social. Assim, basta que aconteça algo de muito peculiar em determinada região para que sejam constituídos – geralmente pelo Estado – grupos de trabalho que se encarregam de fazer declarações vigorosas e se propondo a “ouvir” comunidades e indivíduos. O problema passa, o calor se abrandando, o esquecimento se encarrega de fazer que a sociedade espere o próximo fato para dizer que nada foi resolvido. Essa analogia serve para visualizar as consequências práticas de um mapeamento participativo ou comunitário.

Foi na transição da década de 1980 para 1990 que a prática do mapeamento participativo ganhou força embalada por políticas de organismos internacionais, bem como por práticas de “inclusão” perpetradas por agências multilaterais e por Organizações Não-Governamentais

(ONGs) (ALMEIDA, 2012). Nesse sentido, a ideia de “inclusão” deve estar ligada ao sentido do que Acselrad reputa como uma participação um tanto permitida.

Almeida (2012) salienta que a visão do coletivo se rebaixa para uma visão do indivíduo e não considera a comunidade senão como o resultado da soma de individualidades. Entretanto, a força dessa forma de mapeamento é tanta que a partir dela há ou não a chancela para o estabelecimento de projetos que, em última análise, poderiam trazer benefícios a uma coletividade. A perda com essa prática é exatamente a criação de condição para uma anulação prática da existência em grupo – ou em comunidade – e seu consequente reconhecimento.

É, por conseguinte, notório que a principal diferença entre essa forma de mapeamento e aquele com perfil social é quanto à participação plena e plural dos indivíduos na elaboração de mapas, mas sem que se perca de vista o todo coletivo. Nesse sentido,

Quem define a elaboração do mapa, quem participa de sua construção, quando e como, selecionando o que é relevante para ser nele inserido, são os participantes da própria oficina realizada na comunidade escolhida e aqueles que com eles se agruparam. O mapa consiste, nessa ordem, num produto dessa atividade coletiva que é autônoma e independente do próprio PNCSA (ALMEIDA, 2012, p. 173).

Por fim, não se pode deixar de discutir a respeito da distinção entre uma cartografia e uma “nova” cartografia social. Como se buscou evidenciar nessa seção, as práticas da elaboração de mapas podem estar impregnadas de inúmeras situações de fundo que podem torná-los objetos de dominação ou ferramentas para uma autoconsciência tanto como indivíduo quanto como ser coletivo.

Assim sendo, o que marca a “nova” não é o aspecto propriamente atual do que se depreenderia no sentido denotativo do qualificador; o termo aponta para a dualidade entre a pluralidade e a abertura. Pluralidade verificada na condição de receber variadas entradas. Diversa dos modelos aqui descritos, essa forma de mapeamento precisa ser sempre mais alimentada a fim de que cumpra o papel que dela se espera. Não necessariamente seu alimento serão problemas a serem criados, mas o despertar dos agentes para suas existências e a motivação para buscar soluções. Assim, não se detém em uma mera descrição de elementos de campo, mas de um trabalho que gera tensão porque incita rupturas (ALMEIDA, 2014).

Tais rupturas se avolumam na mesma proporção em que os indivíduos se percebem no coletivo e fazem com que se tenha permanentemente uma abertura aos modos diversos de contato com realidades idênticas. Mas para além dessa matéria, a abertura que marca a “nova” cartografia social diz respeito também à não existência de limites àquilo que os agentes sociais

pretendem inserir no quadro final de sua própria criação, ou seja, não há um objetivo hermeticamente fechado, mas há que se estar sempre atento às peculiaridades próprias da luta de cada grupo, afinal “Diante destas particularidades torna-se difícil, senão improvável, fazer qualquer tipo de generalização ou elaborar um modelo que permita prever-lhes a evolução” (ALMEIDA, 2014, p. 24). Reiterando-se assim a abertura e pluralidade que marcam essa forma de fazer cartografia.

4. O PNCSA E A DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA: RESISTÊNCIAS INSURGENTES NA AMAZÔNIA

No presente tópico, procuraremos tecer uma possível resposta à questão formulada na Introdução sobre qual é o conhecimento, a ciência, que é objeto da Divulgação dita Científica do PNCSA por meio de seu sítio na internet. Para tal, procuraremos entender matérias veiculadas na seção “Notícias” do sítio, evidenciando a produção dos agentes sociais congregados no PNCSA sob dois aspectos de análise: o de resistência e o de insurgência.

Antes, porém, faremos abordagem a respeito da Divulgação Científica, mormente aquela que se faz por meio de redes. Ao tratar das questões conceituais que envolvem a Comunicação Científica e a Divulgação Científica, Bueno se expressa nesses termos:

Embora os conceitos exibam características comuns, visto que ambos se reportam à difusão e informações em ciência, tecnologia e inovação (CT&I), eles pressupõem, em sua práxis, aspectos bastante distintos e que necessitam ser enunciados. Incluem-se, entre eles, o perfil do público, o nível de discurso, a natureza dos canais ou ambientes utilizados para sua veiculação e a intenção explícita de cada processo particular (BUENO, 2010, p. 2).

Dessa forma, quando se fala de Comunicação Científica, se está a falar de uma forma segundo a qual se pretende transmitir informações de cunho científico aos especialistas, um público que já detém conhecimento do tema em abordagem e cuja linguagem lhes é comum. Já na Divulgação Científica o que se quer informar destina-se a um público leigo e usam-se termos de compreensão geral por meio de canais que possibilitam ao máximo a apreensão daquilo que se quer comunicar (BUENO, 2010).

Enquanto se pode ver que a Comunicação Científica se volta para o interno da assim chamada comunidade científica, a Divulgação se faz a extrapares e, assim, faz circular as informações que outrora poderiam estar guardadas entre um grupo de pessoas iniciadas. Dessa forma, ela “cumprir uma função primordial: democratizar o acesso ao conhecimento científico e estabelecer condições para a chamada alfabetização científica” (BUENO, 2010, p. 5).

Considerando, contudo, o escopo e o corpus dessa pesquisa, necessário se faz estabelecer de pronto a ligação entre o que está noticiado no sítio do PNCSA e a própria produção de conhecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais e movimentos sociais da Amazônia em conjunto com os pesquisadores. Dessa forma,

O comportamento social é influenciado pelo saber. É a distribuição do saber que determina a formação das organizações sociais, a capacidade crítica do indivíduo em compreender a sociedade em que vive e poder assim reivindicar mudanças. O uso do saber nas relações de poder já foi evidenciado por Foucault (1972 apud MACHADO, 1981, p. 191). Para ele, o indivíduo é uma produção do saber e do poder. Não há saber neutro. Todo saber é político [...] Todo saber tem sua gênese em relações de poder. Na perspectiva de Foucault, percebe-se a importância da formação da opinião pública por meio da divulgação da informação científica, não no sentido técnico, mas completo do processo de produção do conhecimento e sua aplicação social (CALDAS, 2010, p. 30).

As reportagens que compõem a seção Notícias do sítio do PNCSA evocam exatamente a completude do processo destacado por Caldas nas linhas finais do excerto. A produção do conhecimento feita no âmbito do Projeto consegue a um só tempo evidenciar saberes e socializá-los de maneira a mostrar que nas práticas, ações e estratégias dos Povos e Comunidades Tradicionais se encontram elementos significativos de saberes que mesmo relegados (ou renegados) cumprem o papel de evidenciar, via rede mundial de computadores, sua maneira de resistir.

É nessa linha de pensamento que entendemos que o sítio do PNCSA é a ferramenta pela qual se divulgam os conhecimentos produzidos pelos agentes sociais participantes do projeto. Segundo se pode ver no próprio sítio, ele já recebeu 139.479 visitas o que significa um aumento considerável tendo em mente que em 2016 haviam sido 86.094 (LIMA, 2017, p. 62).

Na página inicial, há as seções: Início, Apresentação, Notícias, Pesquisas (com a subseção Quadro de Projetos) e Publicações (com as subseções Artigos, Boletins Informativos, Cadernos, Cadernos Bibliográficos e Cartográficos, Catálogos, Fascículos, Info-PNCSA, Livros, Mapas, Reports). Nela são vistas as últimas notícias publicadas. Abaixo desse menu, observam-se os *links* de acesso ao Instituto Nova Cartografia Social, à Nova Cartografia Social e ao Centro de Ciências e Saberes. Há ainda espaço para que se faça pesquisa direta no sítio por meio de palavras-chave.

Inicialmente, fizemos a leitura de cada uma das Notícias publicadas, cobrindo um período de agosto de 2011 a outubro de 2018. O Quadro 1 mostra a quantidade de matérias por ano, considerando que a primeira notícia foi publicada em agosto de 2011 e que de 2018 se estende até 02 de outubro.

Quadro 1 – Quantitativo de Notícias publicadas pelo PNCOSA em seu sítio

ANO	NÚMERO DE NOTÍCIAS
2011	13
2012	88
2013	104
2014	36
2015	122
2016	88
2017	114
2018	114
TOTAL	679

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do sítio do PNCOSA

Bem se vê que a análise de 679 notícias poderia fazer com que a quantidade fosse privilegiada em detrimento da qualidade das observações que precisam ser feitas e que já foram aqui esclarecidas. Dessa forma, como metodologia de trabalho, recortamos esse todo e passamos a analisar mais detidamente apenas os dois últimos anos, 2017 e 2018.

Dessa forma, foi possível termos um quadro menor em quantidade, e não menos denso de qualidade e capaz de nos fornecer elementos que servissem à análise ora realizada. Como método para a escrita desse tópico, iremos refletir a partir das Notícias veiculadas os aspectos de uma resistência do grupo social no bojo do PNCOSA e também entender as ações e estratégias em um âmbito de insurgência. Para isso e a fim de deixar o texto mais fluido não nos deteremos em análise unitária, mas em seu todo, trazendo quando necessário os exemplos que aparecem no sítio. Mas antes, traremos o debate acerca do que entendemos como resistência e como insurgência para, em seguida, procurar fazer ligação com o que se apresenta nos textos de algumas matérias.

Percorrendo as abordagens com que Foucault (1926-1984) contribuiu para o entendimento de temas como o poder e a resistência, encontramos elementos de análise dentro do que objetivamos nesse trabalho. Sem intencionarmos discutir profundamente tais contribuições, procuramos estabelecer um diálogo com suas reflexões extraindo, por meio de exercícios de aproximação, bases de julgamento para compreendermos as ações e práticas, os movimentos e as estratégias dos grupos sociais ligados ao PNCOSA e veiculados na seção Notícias do seu sítio.

Para Foucault, a resistência não é uma substância e não é anterior ao poder que ela enfrenta, sendo a ele coextensiva e absolutamente contemporânea. “Para resistir”,

afirma Foucault, “é preciso que a resistência seja como o poder”, “tão inventiva, tão móvel, tão produtiva quanto ele”, e “que, como ele, venha de ‘baixo’ e se distribua estrategicamente” (GRABOIS, 2011, p. 12).

Tal como o poder, podemos entender que a resistência não é propriamente matéria, mas conjunto de estratégias que visam garantir a um indivíduo ou a um grupo a permanência de sua própria existência em enfrentamento, talvez até cotidiano, com o exercício da força antagônica que pode se manifestar na ação do Estado (no caso dos moradores de Alcântara, MA, atingidos pela Base Espacial), na ação de particulares (qual sejam as investidas de mineradoras contra Comunidades Quilombolas) ou até mesmo na conjugação de ambos.

E por que e para que resistir? A questão, se deve ser feita, precisaria de mais um item: o como. A experiência do PNCSA, já mostrada na segunda seção desse artigo, torna evidente que não há uma assimilação pelos grupos sociais das táticas e estratégias dos grupos antagônicos em sentido direto, mesmo porque a relação de forças é desproporcional. Mas o que se tem visto é que a articulação e mobilização coletivas tem conseguido alcançar sucesso nas iniciativas dos Povos e Comunidades Tradicionais e movimentos sociais ligados ao projeto, ainda que esse coletivo esteja figurativamente posto em uma pessoa.

É nesse sentido que se lê a matéria intitulada “A identidade das Quebradeiras e a Política com prática de vida retratadas no livro de Cledeuza Maria Bizerra Oliveira, lançado na IV Semana Pan-Amazônica realizada na UNIFESSPA”⁸, publicada em 14 de dezembro de 2017. Apresenta-se a autora que relata ter conseguido quebrar a porta da universidade sem sequer ter estudado nela. Congrega outras companheiras naquele espaço acadêmico e lança um livro de sua autoria, com sua voz, e ao mesmo tempo portando as vozes das Quebradeiras de Coco Babaçu. É algo muito simples, poderia alguém objetar; não discordamos, mas acrescentamos que é simbólico no sentido em que esse ato representa o alcançar de uma realidade antes usada apenas por uma parte da sociedade, exatamente – diga-se – a parte que, em boa quantidade, personifica as classes dominantes.

Nesse sentido, diante da possível frustração motivada pela falta de um evento mais contundente do ponto de vista de atos abruptos, não se pode esquecer que

O objetivo destas lutas não é propriamente atacar instituições ou grupos determinados, mas opor-se a uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos, nos dois

⁸ PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **A identidade das Quebradeiras e a Política como prática de vida retratadas no livro de Cledeuza Maria Bizerra Oliveira, lançado na IV Semana Pan-Amazônica realizada na UNIFESSPA.** Disponível em <<http://novacartografiasocial.com.br/a-identidade-das-quebradeiras-e-a-politica-como-pratica-de-vida-retratadas-no-livro-de-cledeneuza-maria-bizerra-oliveira-lancado-na-iv-semana-pan-amazonica-realizada-na-unifesspa/>>. Acesso em nov.2018.

significados que esta palavra comporta: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si (GRABOIS, 2011, p. 24).

No que concerne ainda à resistência, Scott (2011) no artigo “Exploração normal, resistência normal” desenvolve a ideia de uma resistência para além do conjunto de ações, táticas e estratégias bem montadas e de alcance consideravelmente grande e espetacular. Partindo da análise de vida camponesa, o autor desvia da ideia de rebelião ou revolução apontando a limitação dessas formas de oposição ao contrário no intuito de defesa de interesses próprios, e quiçá de sua própria vida.

Ao invés disso, pareceu-me muito mais importante aquilo que poderíamos chamar de formas *cotidianas* de resistência camponesa – a prosaica, mas constante, luta entre o campesinato e aqueles que procuram extrair-lhe trabalho, alimentos, impostos, rendas e juros. A maioria das formas assumidas por essa luta não chegam a ser exatamente a de uma confrontação coletiva (SCOTT, 2011, p. 219) (destaque no original).

Bem se observa outra abordagem que, feita sob contexto diverso como a de Foucault, pode transmitir a esse trabalho ponto de reflexão acerca daquilo sobre o que se escreve. Trata-se de uma batalha de resistência a partir do uso de ferramentas ordinárias dos grupos que se articulam para fazer frente a seus oponentes. “Relutância, dissimulação, falsa submissão, pequenos furtos, simulação de ignorância, difamação, provocação de incêndios, sabotagem, e assim por diante” (SCOTT, 2011, p. 219). A essas que ele chama de “armas ordinárias” a experiência do PNCSA nos levaria a colocar também a questão da solidariedade na luta.

É o que nos parece quando lemos notícia veiculada em 20 de julho de 2018 intitulada “Notícias sobre a reforma do prédio que abrigará o Centro de Ciência e Saberes na comunidade quilombola de Pau Furado, Salvaterra, Arquipélago de Marajó”⁹. Informa-se nesse texto sobre como as comunidades quilombolas da região de Salvaterra mobilizaram-se para reformar um prédio que abrigará o Centro de Ciência e Saberes – iniciativa advinda da parceria com o PNCSA.

“Além desses recursos os bingos e brechós tem permitido reunir dinheiro para os gastos com a obra de reforma. As doações de móveis, livros, objetos e instrumentos de trabalho que são confeccionados e usados cotidianamente encontraram lugar e novos sentidos no prédio, que sem esta iniciativa cairia em arruinamento” – informa o texto da matéria. Confirma-se, dessa

⁹ PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **Notícias sobre a reforma do prédio que abrigará o Centro de Ciência e Saberes na comunidade quilombola de Pau Furado, Salvaterra, Arquipélago de Marajó.** Disponível em <<<http://novacartografiasocial.com.br/noticias-sobre-a-reforma-do-predio-que-abrigara-o-centro-de-ciencia-e-saberes-na-comunidade-quilombola-de-pau-furado-salvaterra-arquipelago-de-marajo/>>>. Acesso em nov.2018.

maneira, o anotado por Grabois (2011) ao comentar Foucault e, ao mesmo tempo, o que Scott (2011) taxa de “armas ordinárias” de uma resistência feita quase que silenciosamente, nos subterrâneos, beirando o imperceptível.

Já antes disso, em “Los dominados y el arte de la resistencia” (2000), Scott houvera tratado da questão da resistência notadamente sob a forma de “discursos ocultos” a partir do que observou nas relações de classe no povo malaio. Trata-se de uma densa bibliografia cuja temática e mérito nos servem aqui na medida em que nos fazem enxergar exatamente outras maneiras pelas quais se pode dar o exercício da resistência no contraponto do exercício do poder.

Com base nela e considerando as observações de Scott junto à comunidade onde morou em uma planície fértil para o cultivo de arroz, se poderia questionar sobre os efeitos práticos dessa forma de resistência. Ocorre que a pressa por visualizar materialidades, por vezes, pode nos fazer não enxergar o que as torna possíveis de existir. Em outras palavras, a manutenção do estado de oposição ao que parece ser hegemônico é um dos resultados possíveis dessas resistências (SCOTT, 2011). Dessa forma, não se espere que um povo indígena, uma comunidade quilombola ou as quebradeiras de coco babaçu de repente, em um arroubo, cheguem à conquista de tudo quanto esperam alcançar, até mesmo sob a forma de uma luta armada; mas, igualmente se aceite que caso não mantenham uma posição de enfrentamento e resistência a seus opositores, muito dificilmente poderão alcançar êxito na luta. Ainda que, na linha de Scott, essa resistência se dê na ordinariedade do cotidiano, como a reforma de um prédio em mutirão, por exemplo.

Posta uma reflexão acerca do que se pode chamar e entender como resistência, cabe-nos agora avançar sobre a perspectiva da insurgência. Sobre isso, já em sua “Em Defesa da Sociedade”, Foucault (1999) a tratara, nos seguintes termos:

essa crítica local se efetuou, parece-se, por aquilo, através daquilo que se poderia chamar de “reviravoltas de saber”. Por “reviravoltas de saber”, quero dizer o seguinte: se é verdade que nesses anos que acabaram de passar, era comum encontrar, pelo menos num nível superficial, toda uma temática: “não! chega de saber, o que interessa é a vida”, “chega de conhecimentos, o que interessa é o real”, “nada de livros, e sim grana”, etc., parece-se que debaixo de toda essa temática, através dela, nessa mesma temática, o que se viu acontecer foi o que se poderia chamar de insurreição dos “saberes sujeitados” (FOUCAULT, 1999, p. 11) (destaques no original).

Dispensamo-nos, por questões de limitação temática, a esmiuçar o contexto histórico em que Foucault escreve. Entretanto, ressaltamos que no momento específico dessas suas aulas ele analisava as relações de poder e saber a partir do modelo de guerra. Na medida em que esse

é o patamar de sua ótica, ele observa a contenda entre saberes: aqueles que ele identifica como “sujeitados” e aqueles que partem de uma ciência, propriamente dita como conhecimento global. Ocorre que a crítica local acabou tomando forma de “insurreição” tendo como consequência não o fim do esquema sistematizado de sujeição dos saberes, mas o seu desmascaramento aliado à libertação dele (FAVACHO, 2006).

A esse trabalho interessa buscar o sentido próprio do que se pode chamar de insurreição ou insurgência. Em texto intitulado “É inútil revoltar-se?”¹⁰, publicado pelo jornal francês *Le Monde* em maio de 1979, Foucault trata de forma mais livre e aberta a temática da insurreição. Mais livre, mas não menos densa. Se é verdade que sob ameaças, coerção, intimidações, censuras, prisões e até mortes, os sistemas constituídos podem valer-se da geração de medo nos indivíduos e grupos e com isso manterem-se, é igual verdade que o poder exercido não é absoluto, afinal “há a possibilidade desse momento em que nada mais se permuta na vida, em que os poderes nada mais podem e no qual, na presença dos patíbulos e das metralhadoras, os homens se insurgem” (1979, s/p).

Insurgência que não deve ser confundida, grosso modo, com revolução. Afinal, para além da revolução, ou antes dela, há o ânimo de se desvincular do que se julga como opressor e é isso que consiste em insurgir-se. Afinal,

Os gestos e as atitudes que acompanham essas insurreições escapam às identificações próprias das oposições partidárias; eles se subtraem aos grandes ideais políticos e aos belos programas de governo. Trata-se de artes de inservidão voluntária que não foram repertoriadas por intelectuais e estimuladas exclusiva ou majoritariamente pelos agentes midiáticos de massa; antes, essa arte diz respeito a uma maneira específica de agir em seu entorno político e social na condição de governado (CANDIOTTO, 2013, p. 234).

Dessa maneira, insurgência é prática cotidiana, não aprendida ou ensinada, mas vivenciada a partir da própria vontade de não mais deixar-se tanger, inservidão que não se assemelha propriamente à luta por tornar-se o mandatário, mas persistência que abre perspectivas diversas de estratégias e ações criativas de não subordinação.

Seguindo o modo como temos aqui realizado nosso trabalho, necessário se faz que busquemos aproximar mais esse conjunto teórico àquelas que estamos a chamar aqui de ações e estratégias dos grupos sociais pertencentes ao PNCSA.

¹⁰ Disponível em <<https://acervoaudioulpiano.com/2017/08/20/e-inutil-revoltar-se-por-michel-foucault/>>. Acesso em nov.2018.

Matéria publicada em 07 de junho de 2018, intitulada “NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS BABAÇUAIS: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu”¹¹ é uma mostra do que temos aqui abordado com relação às ações e estratégias de uma resistência das Quebradeiras de Coco Babaçu, mas ao mesmo tempo se trata de um movimento de clara insurgência no sentido de que realizadas as oficinas e cursos sobre como fazer mapeamentos (inclusive por meio de GPS), elas se apropriaram dessa técnica e juntaram isso ao seu conhecimento advindo da vivência cotidiana. O evento foi conduzido por elas mesmas.

De acordo com o texto da reportagem,

Notadamente, na ação política de registrar nesse mapa, junto com pesquisadoras e pesquisadores, suas diversas lutas, seus inúmeros conhecimentos, suas mobilizações, suas memórias, seus projetos e vontade de transformação. Trata-se de um mapa situacional, pois este, como outros mapas feitos ou por fazer conteriam parcialmente a diversidade de situações sociais de conflitos, ameaças e lutas em aberto contra os antagonistas históricos- fazendeiros, empresas e o Estado, com os denominados “projetos de desenvolvimento”, a exemplo do Matopiba, o mais recente.

Para além dos mapas vindos de uma cartografia tradicional que em muitos casos basearam a ideia de um vazio demográfico, o mapa situacional produzido por Quebradeiras de Coco e pesquisadores da Academia é um discurso de sua própria história no que observamos aquela “resistência cotidiana” (SCOTT, 2000). É justo pensar que a mobilização resultante no mapa é aquela forma de não partir para uma revolução espetacular contra os “antagonistas”, mas é a forma pela qual diuturnamente se enfrentam os exercícios de um poder que se reinventa dia após dia (DELEUZE, 2005).

Dessa forma, a senhora Francisca Vieira – quebradeira de coco no povoado Bento do Tocantins, região do Bico do Papagaio – se expressou naquele evento: “nós somos professoras de nosso babaçu, somos professoras de nossas palmeiras” após o que tratou a respeito da “força de sua existência” e de como a mobilização de suas companheiras tem se estendido por décadas procurando o domínio de seu território e conhecimentos tradicionais. Ocorre que, a nosso ver, essa prática quando aliada às técnicas da ciência cartográfica ganha notação de resistência e, pela forma como se usam os conhecimentos que não se tem como globais ou dominantes, aparece a notação de insurgência. Assim, conhecimento e prática, mobilização e estudo, viver e refletir, inovar e ser fiel às bandeiras de seu movimento é mais do que simplesmente “fazer

¹¹ PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DOS BABAÇUAIS: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu**. Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/nova-cartografia-social-dos-babacuais-mapeamento-social-da-regiao-ecologica-do-babacu/>>. Acesso em dez.2018.

frente ao sistema” – o que pode denotar simples passividade; é estabelecer uma resistência insurgente – o que denota não apenas resistir, mas revoltar-se, agir.

Nesse sentido, a fala da senhora Eunice da Conceição segundo quem “A união é que transformará nosso país!”, para além de ser uma utopia, é uma das formas de experiência do movimento que se assemelha àquela do mutirão da Comunidade Quilombola de Pau Furado: tanto esse quanto aquela são – em nossa análise – “armas ordinárias” (SCOTT, 2011, p. 219) e alimentam a resistência insurgente desses grupos sociais, afinal “Varsóvia terá sempre seu gueto sublevado e seus esgotos povoados de insurrectos” (FOUCAULT, 1979, s/p). A diferença é que já não mais se trata nem de guetos, nem de esgotos, mas da amplitude da Amazônia.

Amazônia em cujo território as resistências insurgentes se desdobram e se renovam à medida que também se atualizam as investidas do exercício do poder. Dessa forma, notícia veiculada pelo sítio em 28 de julho de 2017 trazia como título “ALCÂNTARA RESISTE: mobilização quilombola contra os deslocamentos compulsórios e ao ‘acordo’ de cessão da base aos Estados Unidos”¹² (destaque no original). No compasso do que Scott (2000) observa acerca dos discursos que saltam de onde estavam ocultos e disfarçados aos olhos e ouvidos dos exercentes do poder que domina, o senhor Leonardo dos Anjos, em palavras contundentes, vocaliza a luta, as práticas, as conquistas e perdas do Povo Quilombola de Alcântara. Ocorre que já não se trata mais de uma senhora Poyser que em um arroubo circunstancial se insurge contra a autoridade de seu “senhor” quase que de improviso (SCOTT, 2000, p. 30-32).

Trata-se isso sim, e talvez notadamente diverso daquele exemplo, de um discurso aberto posto que já não se usam mais de disfarces ou mesuras contra o Estado Nacional que a todo custo investe, desde 1980, contra o território daquelas comunidades. Dado seu teor e significado, abaixo reproduzimos o discurso do senhor Leonardo dos Anjos transcrito no sítio do PNCSA.

Eles instalaram um projeto com fins de utilidade pública e soberania nacional e, a partir do momento que nós entregamos a Base Espacial de Alcântara para os Estados Unidos, eu pergunto aos militares: onde é que fica a nossa soberania? Nós não sabemos como fica nossa soberania tendo os Estados Unidos como nosso vizinho aqui, gente? Então, nós estamos aqui para reivindicar o nosso direito pela terra, pelo nosso litoral do tempo antes que a base quanto ela aqui não estava porque esta terra aqui é dos quilombolas de Alcântara. O governo federal sabe muito bem disso. E essa terra é nossa de fato e de direito, pois nós temos documentos entregues pra nós aqui em Alcântara de lá de Brasília dizendo que a terra é nossa de fato e de direito dos quilombolas de Alcântara. Quando ele leu esse documento lá no Mangueirão, no

¹² PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. **ALCÂNTARA RESISTE: mobilização quilombola contra os deslocamentos compulsórios e ao ‘acordo’ de cessão da base aos Estados Unidos.** Disponível em: <<http://novacartografiasocial.com.br/alcantara-resiste-mobilizacao-quilombola-contra-os-deslocamentos-compulsorios-e-ao-acordo-de-cessao-da-base-aos-estados-unidos/>>. Acesso em nov.2018.

Seminário em 2005, ele quase chora dizendo: maldita hora em que ele entregou o documento errado para dizer que a terra é nossa de fato e de direito, portanto, nós não abrimos mão dessa região do litoral de Alcântara porque vão ser prejudicadas todas essas famílias, as famílias que vão sofrer a possível relocação. Portanto a minha fala nesse momento é essa, nós não aceitamos. O governo brasileiro sabe muito bem disso porque ele assinou um acordo no Ministério Público Federal, se eu não estou enganado, no dia nove de novembro de dois mil e oito dizendo que não ia mais haver expansão. Qualquer tipo de aluguel que o governo fosse fazer da base era dentro desses oito mil hectares e não de expandir depois daquela área do Mamuna pra lá. Então, nós não aceitamos de maneira nenhuma. Nós estamos aqui e devemos agradecer os companheiros que vieram de outro estado, de outro município para nos apoiar nesta luta porque nós vamos continuar na luta. O governo brasileiro sabe muito bem que ele tem representação na OEA, na Corte Interamericana de Direitos Humanos, têm ação civil pública tramitando e tem também que esse projeto paralisou a partir do momento que o governo assinou junto às comunidades, os representantes das comunidades quilombolas de que a base não ia mais expandir sobre a área dos quilombolas. Só que agora esse governo que aí está é um governo que todo mundo tem a consciência que é um governo que não tem a capacidade de administrar o país, tanto é que ele está perdendo os deputados federais, gente. Precisa que ele esteja ajoelhando aos pés dos deputados federais, oferecendo vantagens para que eles votem a favor de que ele não saia. Quer dizer, então, é um governo que não tem condição de administrar o país e quer entregar o nosso país dizendo que vai ganhar muito dinheiro aqui. Para que mais dinheiro para esse povo, gente? A gente está vendo o derrame de dinheiro que o governo está fazendo aí e dizendo que o país está quebrado e a gente vai entregar a nossa área de Alcântara e nós vamos pra onde, o pessoal do litoral? Aqui na sede não tem mais espaço, nas periferias de Alcântara, em São Luís não tem espaço e nós vamos para onde? Nós vamos sair e morar nas cabeças dos foguetes? Nós temos que ficar é na nossa área, no nosso território. Ainda que o governo queira passar por cima de nós, mas nós temos pessoas do nosso lado nos apoiando e que vão gritar para o mundo inteiro. E esse governo que está aí se ele concretizar esse acordo, ele vai pagar é na cadeia. Ele pode estar na certeza que se esse governo fizer isso com o povo quilombola de Alcântara, mas ele vai pagar na cadeia porque eu tenho certeza que o povo unido jamais será vencido. Essa luta é de todos. Então companheiros esse é o meu recado, vamos permanecer com a luta porque nós não vamos abrir mão desse território. Eu queira dizer a esses policiais que estão aqui, não sei se fazendo nossa segurança ou a segurança do próprio governo, mas eu queria que tivesse representantes do governo aqui pra nos ouvir. Era isso que eu gostaria de ter: as autoridades para nos ouvir, o nosso clamor porque nós não vamos abrir mão, gente.

A que antagonistas fazer frente? Se antes a questão era apenas contra o Governo Brasileiro, agora entram em cena novos agentes que farão com que a luta se atualize. O grito do senhor Leonardo dos Anjos dentro de uma forte manifestação das comunidades atingidas pela Base Espacial que aparentemente não foi presenciado por agentes do governo, na verdade, segundo a matéria, surtiu efeito tal que órgãos oficiais entraram rapidamente em ação a fim de contornarem o conflito.

A ação era, aparentemente, tão inesperada que a própria reação acabou por confirmar os planos do governo em ceder Alcântara a agentes internacionais a fim de se permitir a “construção de centros de lançamentos de uso exclusivo destes países”. Na tentativa ainda de dar solução imediata ao problema, como se possível fosse, e ao mesmo tempo para que tudo parecesse que foi acordado com as comunidades, o Governo tentou cooptar lideranças a fim de

que, em reunião em Brasília, aceitassem as propostas oficiais. A comunidade permaneceu irreduzível.

A fala do senhor Leonardo dos Anjos, bem como sua própria postura em cena pública – que nada tem de improvisado –, é o exercício daquela insurgência que não conhece a coerção do Estado (FOUCAULT, 1999). As forças que organizam, comandam, ameaçam, coagem, prendem e até matam, não podem frear a vontade coletiva e individual que fura esse pretensão aprisionamento e se irrompe mesmo sob o risco de sua própria vida e cuja existência não pode ser negociada.

Haveria ainda muitas outras matérias para serem aqui abordadas a título de justificativa para o que estamos a chamar de resistências insurgentes cujo meio de divulgação é o sítio do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Entretanto, como já afirmado, a quantidade – a nosso ver – corre o risco de obscurecer a qualidade ao mesmo tempo em que estaríamos sob a possibilidade de cansar o leitor para sempre voltarmos à constatação de que há de se olhar esse evento, essa ação, essa atividade como uma mostra de resistência insurgente.

Ratificamos, assim, o que temos analisado ao longo desse artigo – e mais ainda dessa seção: o PNCSA conta com uma ferramenta de Divulgação Científica que é usada para comunicar uma ciência que se pauta pela novidade característica da cartografia social que é aquela em que a técnica e a vivência cotidiana, a teoria e a militância estão intimamente conectadas nas práticas, ações e estratégias de povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais engajados no PNCSA e que se revestem de um sentido de resistência insurgente.

Não se pode, contudo, finalizar essa seção sem que se ratifique a ideia de que a produção de conhecimento que é divulgado pelas Notícias do sítio do PNCSA enquanto saberes que denotam um conhecimento alicerçado na vida prática e que brotam de um movimento em constante necessidade de atualização de estratégias e ações frente ao constante remodelamento da empreitada do poder e de seu exercício. Assim,

Considerando que a ciência é uma atividade humana e não é destituída de seu contexto histórico e social, cresce a responsabilidade da mídia, de jornalistas e cientistas na formação de uma cultura científica cidadã, em que a sociedade brasileira, em suas diferentes representações sociais possa participar ativamente da formulação e nas decisões da política científica. Para isso é necessário a construção de uma cultura científica que leve em consideração o papel estratégico da CT&I no cenário nacional, bem como seus riscos e benefícios. Nesse sentido, a melhor estratégia é a construção coletiva do conhecimento no processo de divulgação científica, em que jornalistas e pesquisadores de todas as áreas, inclusive de Comunicação, possam atuar em regime de parceira, considerando o interesse público (CALDAS, 2010, p. 34).

Tal recomendação serve não apenas para aquela Ciência que em um determinado momento acabou por ser mesmo sinônimo do próprio conhecimento e do saber. Tal reflexão serve também para as práticas que se pretendem surgidas a partir da experiência da construção de outras formas de conhecimento e saber que se forjam nas vivências cotidianas dos Povos e Comunidades Tradicionais, como aqui visto.

Assim, a construção coletiva surge em meio à necessidade do exercício de uma criatividade cada vez mais cobrada na produção do conhecimento e em sua disseminação; criatividade e coletividade que se podem vislumbrar no âmbito do PNCSA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse artigo, objetivamos suscitar debate acerca da forma como o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia promove a divulgação, por meio do seu sítio na internet, daquilo que se pode chamar de produção dos agentes sociais que o integram sob uma ótica de resistência insurgente.

Assim foi que nos detivemos em Foucault e Scott para abordarmos as estratégias, ações, mobilização e articulação desses povos e comunidades e movimentos sociais no viés de uma resistência insurgente no âmbito do PNCSA e, a partir daí, visualizarmos o sítio como uma ferramenta de Divulgação Científica, pelo conteúdo veiculado, também ela insurgente.

Na primeira seção intencionamos contextualizar nossa análise no âmbito do PNCSA destacando três características ou aspectos do projeto que a nosso ver possibilitam entendê-lo como fonte importante de reflexões e experiências profícuas de como a Academia – e a ciência – pode integrar-se à marcha dos Povos e Comunidades Tradicionais e movimentos sociais na Amazônia. Destacamos, assim, o fato de o mapeamento social estar intimamente ligado às questões identitárias; o fato de que o ponto de partida é sempre a mobilização e a articulação que acontece no cotidiano desses agentes sociais; e o terceiro fato importante é a mostra de que Ciência e experiências de vida caminham lado a lado e não de forma a uma “autorizar” ou “validar” a outra.

Na segunda seção, analisamos a cartografia social a partir da novidade que ela apresenta, buscando em Almeida, Deleuze, Acselrad e Harley os fundamentos para o exercício de um fazer cartográfico não alinhando aos princípios da cartografia tradicional a qual, em muitos casos, esteve a serviço da criação e manutenção da ideia dos assim chamados vazios demográficos. No sentido da novidade, cartografar é também fazer o exercício do

reconhecimento das contradições e das relações de poder e resistências presentes nos espaços geográficos. Procuramos evidenciar o fato de que os mapas servem não exatamente para se apropriar do poder, mas para exercê-lo.

Percorrido esse itinerário no qual também apareceram as vozes dos agentes sociais, intencionamos na quarta seção demonstrar que o sítio do PNCSA é uma ferramenta de divulgação científica a serviço de uma ciência diferente. Tal diferença não reside na novidade de conteúdos ou na contestação de técnicas, mas na própria forma de executá-la: com um caráter insurgente. Na linha de Scott e Foucault fizemos a análise das ações, estratégias e discursos dos grupos sociais ligados ao PNCSA o que nos revelou que não podemos falar somente de uma resistência, mas, pelos exemplos mostrados, devemos falar de uma resistência insurgente.

Ao término desse artigo, ainda nos cabem questões que precisam ser respondidas, mesmo que ao longo de muitos estudos ainda. A primeira delas diz respeito ao papel que devemos desenvolver na sociedade como pesquisadores. Inúmeras vezes confundida – talvez não sem uma intencionalidade sistematizada – como mero ativismo social, a militância de pesquisadores que se dedicam aos estudos sociológicos e antropológicos em meio às comunidades e povos tradicionais e movimentos sociais precisa ser reconhecida enquanto prática científica. Não que disso careçam seus estudos e dedicação, mas porque ao não reconhecer tais atividades como Ciência, corre-se o grave risco de torná-la puro e simples objeto de laboratório e prensada nos seculares moldes de uma sistemática de observação – repetição – análise a qual já não dá conta, por si só, dos problemas da atualidade.

Estudar o PNCSA é uma forma de visualizar a Ciência, a técnica, o *fazer ciência* de forma conectada aos anseios sociais e às bandeiras levantadas por pessoas cuja luta não é apenas por terra como espaço físico, mas pelo território enquanto espaço de vivência e história. Colocar o conhecimento científico a serviço dessas batalhas é maneira de fazer a ciência e os pesquisadores cumprirem um papel importante no cumprimento de sua missão junto à sociedade.

Outra questão que surge diz respeito à Comunicação Científica na Amazônia nos moldes do que abordamos ao longo desse artigo. Com a concentração de investimentos oficiais no eixo Sudeste-Sul do Brasil (CALDAS, 2011), cabe aos pesquisadores e cientistas presentes na Amazônia buscarem formas criativas de disseminar a Ciência que realizam; criatividade que deve se apresentar não tanto na maneira como se divulgam seus estudos, mas no modo como eles se desenvolvem.

O Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia mostra, por meio de sua própria execução, que é possível fazer ciência e divulgá-la a partir da própria Amazônia. Dessa forma, escapa-se da prática do desenho sobre nós que não é feito por nós mesmos, parafraseando Acsehrad (2017). O exercício do poder de voz feito por povos e comunidades tradicionais e movimentos sociais no sítio do PNCSA é, em última análise, a criativa maneira de mostrar que a Ciência – e sua Divulgação – devem estar atentas às múltiplas formas de conhecimento não havendo mais razão de existência de chancelas ou permissões por parte dos que detêm apenas uma forma de conhecimento, qual seja, o Acadêmico – tão importante quanto qualquer outra.

Em última análise, da relação que se estabelece entre o conjunto da produção de conhecimento, estratégias e ações de Povos e Comunidades Tradicionais na Amazônia presentes no PNCSA e por esse divulgado em seu sítio e a necessidade de uma divulgação qualificada como científica nesse trabalho, aparece uma questão: qual a importância de se disseminar tal produção?

Bueno (2010) tratou de nos clarificar a respeito dos conceitos de Divulgação e Comunicação Científica. Caldas (2011) estabeleceu relação entre o saber e o poder e identificou a produção de conhecimento no âmbito da relação de poder ao comentar Foucault ao mesmo tempo em que abordou também a ciência como atividade humana e, portanto, de interesse social. Nesse sentido, não está em jogo apenas disponibilizar pela rede mundial de computadores alguns fatos que Povos e Comunidades Tradicionais promovem; não se trata de informar sobre essa ou aquela situação específica concernente a um grupo determinado.

Trata-se, segundo nossa observação, de dois movimentos dialógicos e complementares: colocar a técnica científica a serviço da disseminação de saberes e conhecimentos que não alcançaram o *status* de hegemônico – e até foram subjugados pelos que se pretendem como tal; e se trata também de mostrar com resoluta clareza que o caminho de uma conjugação entre conhecimentos está em plena construção.

Nessa linha, o divulgar ciência presente no sítio do PNCSA não se diferencia de outras publicações e sítios *especializados* apenas pela aparência, forma e conteúdo. Diferencia-se pelo fato de que esse divulgar ciência é inovador no próprio entendimento de que a produção de conhecimentos não se pode restringir a uma vertente, qual seja a ciência normativa e positivista; os agentes produtores e divulgadores são os mesmos e o que se divulga é também integrativo de sua própria essência como sujeitos de sua História, considerando que ali estão comunicadas suas experiências e vivências práticas.

Eis a novidade criativa para a produção de conhecimentos e sua divulgação e ao mesmo tempo uma amostra de como a articulação de saberes pode e deve ser uma constante busca para o aprimoramento do serviço que se deve oferecer aos problemas concretos do homem atual – que deveria ser a preocupação de primeiro plano da atividade científica.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO MARIN, R. E.; ALMEIDA, A. W. B. de (Orgs.). **Populações tradicionais: questões de terra na Pan-Amazônia**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2006.

ACSELRAD, H. **O lugar e as possibilidades da política: sentidos da cartografia social**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.

ALMEIDA, A. W. B. de. Entrevista a Guilherme Mansur Dias. In: **Ruris**, vol. 3, nº 2, ago/09-fev/10, pp. 17-54.

ALMEIDA, A. W. B. de. Mapas situacionais e categorias de identidade na Amazônia. In: BOTIA, C. G. Z.; GOULARD, J. P. et al. **Espacios urbanos y sociedades transfronterizas em la Amazônia**. Letícia: Universidad Nacional de Colombia/Instituto Amazónico de Investigaciones, 2012, pp. 167-187.

ALMEIDA, A. W. B. de. Apontamentos para uma “Nova descrição”: uma abordagem crítica sobre a politização da consciência das fronteiras da Amazônia ao Prata. In: ALMEIDA, A. W. B. de; PICOTTI, D. (Orgs). **De la Pan-Amazonia al Río de la Plata**. Manaus: UEA Edições, 2014, pp. 19-33.

BUENO, W. C. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais.. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 15, n. 1esp, p. 1-12, dez. 2010. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>>. Acesso em: 05. mar. 2019.

CALDAS, G. Mídia e Políticas Públicas para a comunicação da ciência. In: PORTO, C.M., BROTAS, A. M. P., e BORTOLIERO, S. T. (Orgs). **Diálogos entre ciência e divulgação científica: leituras contemporâneas** [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, 242p. ISBN 978-85-232- 1181-3, p. 19-36.

CANDIOTTO, C. Política, Revolução e insurreição em Michel Foucault. **Revista de Filosofia Aurora**, [S.l.], v. 25, n. 37, p. 223-264, maio 2013. ISSN 1980-5934. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/aurora/article/view/691/616>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

DELEUZE, G. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FAVACHO, A. M. P. A Pedagogia como prática discursiva e a insurreição de saberes. In: **APRENDER – Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, ano IV, nº 06. Vitória da Conquista, 2006, pp. 115-136.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. É inútil revoltar-se? In: **Le Monde**, nº 10.661, p. 1-2. Disponível em <<https://acervoclaudioulpiano.com/2017/08/20/e-inutil-revoltar-se-por-michel-foucault/>>. Acesso em nov.2018.

GRABOIS, P. F. Resistência e revolução no pensamento de Michel Foucault: contracondutas, sublevações e lutas. In: **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, n. 19, p. 7-27, 2011.

HARLEY, B. Mapas, saber e poder. **Confins [Online]**, v. 5, 2009.

LIMA, R. P. **Preservação digital e “divulgação” científica na Amazônia**. Manaus: UFAM, Dissertação de Mestrado, 2017, 167 f.

MENEZES, P. M. L. de; FERNANDES, M. C. **Roteiro de Cartografia**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SCOTT, J. C. **Los dominados y el arte de la resistencia**. Ediciones Era, 2003.

SCOTT, J. C. Exploração normal, resistência normal. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 5, pp. 217-243, 2011.